REVISTA
EDUCAÇÃO EM DEBATE

ISSN: 0102-1117
e-ISSN: 2526-0847

POLÍTICAS PÚBLICAS E JUSTIÇA EDUCACIONAL: FUNDAMENTOS FILOSÓFICO-PEDAGÓGICOS DA ACESSIBILIDADE NO ENSINO TÉCNICO NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO

Alexandra Santos Leal Oliveira, Jaison Jardel Silva Lima**, Sinara Socorro Duarte Rocha****

RESUMO

As políticas públicas de educação inclusiva no Brasil, embora respaldadas por um robusto arcabouço legal (Brasil, 1988, 1996, 2008, 2015), enfrentam desafios persistentes quanto à sua efetivação, especialmente no contexto do ensino técnico integrado nos Institutos Federais. A *relevância* deste estudo reside na escassez de pesquisas que articulem acessibilidade curricular, deficiência intelectual e ensino técnico. O *problema* central investigado questiona por que, mesmo diante de garantias legais, a acessibilidade curricular permanece fragmentada e incipiente nas práticas pedagógicas dirigidas a estudantes com deficiência intelectual nos institutos federais de educação? Com base nessa inquietação, *objetiva-se* analisar os obstáculos à implementação dessas políticas, considerando o PEI-AC, o coensino e as sequências didáticas acessíveis como estratégias inclusivas. *A pesquisa* é qualitativa, baseada em revisão sistemática da literatura nas bases CAPES, SciELO, ERIC, PubMed e Google Scholar, com recorte temporal de 2020 a 2025 e critérios de seleção temáticos e metodológicos. O *referencial teórico* articula contribuições de autores da área da inclusão e da filosofia da educação, como Rodrigues (2011, 2024), Moreira (2022), Ugalde e Roweder

* Mestranda em Educação Inclusiva pelo Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). ORCID: https://orcid.org/0009-0002-2599-9503. Correio eletrônico: alexandra.leal@ifce.edu.br.

** Pós-graduando em Direito Penal e Processo Penal. Graduado em Bacharelado em Direito pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). ORCID: https://orcid.org/0009-0002-1313-0480. Correio eletrônico: jaisonjardel@hotmail.com.

*** Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Pesquisadora vinculada ao Grupo de Pesquisa Formação Docente para a Inclusão. Coordenadora do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva do Instituto Federal de Educação do Ceará (IFCE) em parceria com a Universidade Estadual Paulista (UNESP). ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4345-9295. Correio eletrônico: sinara.duarte@ifce.edu.br.

(2025), Prestes (2020, 2024), além de pensadores contemporâneos como Ronald Barnett (2021), que defende uma ecologia crítica do conhecimento, e David R. Cole (2021), que propõe pedagogias não lineares inspiradas em Deleuze e Guattari para contextos educacionais complexos. Os *resultados* indicam que as práticas embrionárias de acessibilidade curricular decorrem tanto de barreiras atitudinais como a descrença docente nas potencialidades dos estudantes com deficiência intelectual quanto de fragilidades estruturais nas políticas institucionais.

Palavras-chave: políticas públicas de educação; filosofia da educação; acessibilidade curricular; deficiência intelectual.

PUBLIC POLICIES AND EDUCATIONAL JUSTICE: PHILOSOPHICAL AND PEDAGOGICAL FOUNDATIONS OF ACCESSIBILITY IN TECHNICAL EDUCATION AT FEDERAL INSTITUTES

ABSTRACT

Public policies for inclusive education in Brazil, although supported by a robust legal framework (Brazil, 1988, 1996, 2008, 2015), continue to face persistent challenges regarding their implementation, especially within the context of integrated technical education in Federal Institutes. The relevance of this study lies in the scarcity of research that connects curricular accessibility, intellectual disability, and technical education. The central issue investigated questions why, despite legal guarantees, curricular accessibility remains fragmented and incipient in pedagogical practices directed at students with intellectual disabilities in Federal Institutes of Education. Based on this concern, the objective is to analyze the obstacles to implementing of these policies, considering the PEI-AC, co-teaching, and accessible teaching sequences as inclusive strategies. The research is qualitative, based on a systematic literature review in the CAPES, SciELO, ERIC, PubMed, and Google Scholar databases, with a time frame from 2020 to 2025 and thematic and methodological selection criteria. The theoretical framework brings together contributions from authors in the field of inclusion and philosophy of education, such as Rodrigues (2011, 2024), Moreira (2022), Ugalde and Roweder (2025), Prestes (2020, 2024), as well as contemporary thinkers such as Ronald Barnett (2021), who advocates for a critical ecology of knowledge, and David R. Cole

(2021), who proposes non-linear pedagogies inspired by Deleuze and Guattari for complex educational contexts. The results indicate that the embryonic practices of curricular accessibility stem both from attitudinal barriers, such as teachers' disbelief in the potential of students with intellectual disabilities, and from structural weaknesses in institutional policies.

***Keywords**: public education policies; philosophy of education; curricular accessibility; intellectual disability.*

POLÍTICAS PÚBLICAS Y JUSTICIA EDUCATIVA: FUNDAMENTOS FILOSÓFICO-PEDAGÓGICOS DE LA ACCESIBILIDAD EN LA EDUCACIÓN TÉCNICA EN LOS INSTITUTOS FEDERALES

RESUMEN

Las políticas públicas de educación inclusiva en Brasil, aunque respaldadas por un sólido marco legal (Brasil, 1988, 1996, 2008, 2015), enfrentan desafíos persistentes en cuanto a su implementación, especialmente en el contexto de la enseñanza técnica integrada en los Institutos Federales. La relevancia de este estudio radica en la escasez de investigaciones que articulen accesibilidad curricular, discapacidad intelectual y enseñanza técnica. El problema central investigado cuestiona por qué, a pesar de las garantías legales, la accesibilidad curricular sigue siendo fragmentada e incipiente en las prácticas pedagógicas dirigidas a estudiantes con discapacidad intelectual en los institutos federales de educación. A partir de esta inquietud, se pretende analizar los obstáculos para la implementación de estas políticas, considerando el PEI-AC, la coenseñanza y las secuencias didácticas accesibles como estrategias inclusivas. La investigación es cualitativa, basada en una revisión sistemática de la literatura en las bases de datos CAPES, SciELO, ERIC, PubMed y Google Scholar, con un recorte temporal de 2020 a 2025 y criterios de selección temáticos y metodológicos. El marco teórico articula contribuciones de autores del campo de la inclusión y de la filosofía de la educación, como Rodrigues (2011, 2024), Moreira (2022), Ugalde y Roweder (2025), Prestes (2020, 2024), además de pensadores contemporáneos como Ronald Barnett (2021), quien defiende una ecología crítica del conocimiento, y David R. Cole (2021), quien propone pedagogías no lineales inspiradas en Deleuze y Guattari para contextos educativos complejos. Los resultados indican que las prácticas embrionarias de accesibilidad curricular

se deben tanto a barreras actitudinales, como la falta de creencia docente en las potencialidades de los estudiantes con discapacidad intelectual, como a debilidades estructurales en las políticas institucionales.

***Palabras clave**: políticas públicas de educación; filosofía de la educación; accesibilidad curricular; discapacidad intelectual.*

1 INTRODUÇÃO

As legislações que fundamentam o trabalho pedagógico inclusivo no Brasil, como a Constituição Federal de 1988, a Lei n.º 9.394/96 (LDB), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015) e a Resolução CNE/CEB n.º 4/2009, representam marcos importantes na defesa do direito à educação de qualidade para todos. Contudo, essas normas ainda estão distantes de se concretizarem como práticas pedagógicas sistemáticas, especialmente na educação profissional e tecnológica. As experiências inclusivas, quando ocorrem, dependem do esforço individual de professores e são pouco compartilhadas como referência institucional. Essa realidade evidencia a fragilidade na articulação entre legislação, formação docente e prática, comprometendo o princípio da equidade.

A exclusão escolar é expressão de um projeto educativo excludente que, muitas vezes, reproduz epistemologias do déficit. Na contramão disso, pensar a inclusão à luz da filosofia da educação é propor uma ontologia relacional do sujeito e uma ética da alteridade (Dussel, 2023; Levinas, 2021), nas quais a diferença não seja objeto de tolerância, mas fundamento do vínculo pedagógico.

Os estudos analisados mostram que, apesar do discurso afirmativo sobre o direito à educação, as estratégias pedagógicas acessíveis não acompanham os avanços legais e frequentemente desconsideram as especificidades da deficiência intelectual. Essa lacuna compromete o direito à aprendizagem e limita o protagonismo desses estudantes nos contextos escolares e profissionais.

1.1 Problematização

Dessa constatação emerge a problematização que orienta este estudo: se as políticas públicas asseguram o direito à educação inclusiva em todos os níveis de ensino, por que nos Institutos Federais (IFs) a acessibilidade curricular ainda não se concretiza como prática cotidiana no ensino técnico integrado?

Da questão central emergem outros questionamentos: quais fatores têm contribuído para que dispositivos previstos em lei, como o Plano Educacional Individualizado com Adaptação Curricular (PEI-AC), se mostrem de forma embrionária na prática pedagógica? E de que forma práticas colaborativas como o coensino e o uso de sequências didáticas poderiam superar essas barreiras e transformar o ensino técnico em um espaço verdadeiramente acessível para estudantes com deficiência intelectual?

1.2 Justificativa

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) visa à formação integral dos estudantes, unindo qualificação para o trabalho e cidadania. Esse objetivo só se realiza com a participação equitativa de todos, inclusive estudantes com deficiência intelectual, cuja inclusão no ensino técnico integrado representa não apenas uma exigência legal, mas um compromisso ético com o direito à aprendizagem, ao desenvolvimento de competências e às trajetórias profissionais dignas.

Embora as políticas públicas brasileiras reconheçam a educação inclusiva como direito inalienável, persistem lacunas no cotidiano escolar, sobretudo no que se refere à acessibilidade curricular. A escolarização de alunos com deficiência intelectual exige estratégias pedagógicas específicas e organização didática intencional (Sousa, 2023), aspectos pouco presentes no planejamento institucional e na formação docente.

A acessibilidade curricular, sob essa perspectiva, não se restringe à dimensão técnica, mas expressa um compromisso ético com o reconhecimento da diferença como valor formativo. A justiça educacional, aqui, assume contornos de redistribuição, reconhecimento e participação, conforme sugere Fraser (2021 *apud* Moreira, 2022).

1.3 Relevância

A relevância deste estudo reside na necessidade de analisar criticamente os desafios enfrentados para a efetivação da acessibilidade curricular no âmbito dos IFs, contribuindo para a produção de conhecimentos que possam subsidiar políticas institucionais e práticas pedagógicas mais sensíveis às necessidades dos estudantes com deficiência intelectual. Ao propor uma revisão sistemática sobre o tema, busca-se oferecer subsídios que possam fortalecer a formação de professores e fomentar práticas inovadoras e colaborativas, promovendo a equidade e o protagonismo dos estudantes neste cenário educacional.

A inclusão educacional não pode ser compreendida apenas como uma adaptação técnica ou normativa, mas como expressão de um compromisso filosófico com a dignidade humana, a justiça e o reconhecimento da diferença. Sob esse prisma, a acessibilidade curricular demanda uma concepção de educação que vá além da transmissão de conteúdos e da padronização de práticas, envolvendo uma crítica à racionalidade técnica e uma abertura ao imprevisível, à singularidade e à alteridade.

Barnett (2021) propõe a noção de *ecologia crítica do conhecimento*, segundo a qual as instituições educacionais devem ser repensadas como espaços de multiplicidade, diálogo e responsabilidade ontológica. Para o autor, a universidade – e, por extensão, os Institutos Federais – deve abandonar modelos homogêneos de formação e abrir-se à complexidade dos saberes e das existências.

Dentre outros autores contemporâneos que articulam acessibilidade curricular, deficiência intelectual e práticas pedagógicas inclusivas, temos, Moreira (2022) defende propostas didáticas acessíveis ancoradas na Teoria da Aprendizagem Significativa e no ensino em espiral, respeitando os ritmos e saberes prévios dos estudantes. Sousa (2024) destaca a formação continuada como pilar essencial para práticas efetivas, que superem ações pontuais e promovam planejamentos colaborativos e intencionais.

Biesta (2022) defende uma educação centrada no mundo que valoriza a interrupção e a imprevisibilidade como elementos constitutivos do processo formativo. A inclusão, nesse sentido, não é um adendo ao sistema educacional, mas um chamado ético para repensar os próprios fundamentos do ensinar, aprender e viver juntos. Já Cole (2021), ao dialogar com a filosofia da diferença de Deleuze e Guattari, propõe uma pedagogia que valorize os processos rizomáticos de aprendizagem, nos quais as trajetórias dos sujeitos com deficiência intelectual

não sejam vistas como "déficits", mas como expressões legítimas de outras formas de estar no mundo.

Concorrendo com esse pensamento, Boaventura de Sousa Santos (2023), ao defender as epistemologias do Sul, nos convoca a considerar os saberes invisibilizados e as experiências marginalizadas como fontes legítimas de conhecimento. No campo da educação inclusiva, isso implica romper com a lógica colonial do conhecimento e abrir espaço para currículos acessíveis, colaborativos e socialmente enraizados.

Por fim, Prestes (2024) ressalta a importância da atuação conjunta entre professores do ensino comum e do AEE para a efetivação da inclusão nos Institutos Federais. Ugalde e Roweder (2020) reforçam o papel das sequências didáticas acessíveis, especialmente quando integradas à construção coletiva do Plano Educacional Individualizado com Adaptações Curriculares (PEI-AC). Ainda, Moreira (2022) contribui com a proposta das Unidades de Ensino Potencialmente Significativas (UEPS), que articulam planejamento acessível à aprendizagem significativa. Por fim, Pugach e Johnson (1989 *apud* Zaboroski *et al*., 2017) destacam o coensino como estratégia concreta de inclusão, baseada na corresponsabilidade e no planejamento compartilhado entre os profissionais da escola comum e do AEE.

1.4 Objetivo

Com o intuito de responder aos questionamentos aqui citados elegeu-se como objetivo geral analisar, à luz da filosofia da educação crítica contemporânea, os desafios de implementação das políticas públicas no que se refere à acessibilidade curricular de estudantes com deficiência intelectual no ensino técnico integrado, considerando os fundamentos éticos, políticos e pedagógicos que orientam o PEI-AC, o coensino e as práticas colaborativas inclusivas.

A articulação entre os fundamentos filosóficos e a prática pedagógica inclusiva permite compreender que a inclusão vai além da aplicação de estratégias didáticas. Trata-se de uma postura ética e epistêmica que reconhece a diferença como valor fundante da escola democrática. Elementos como o Plano Educacional Individualizado com Adaptação Curricular (PEI-AC), o coensino e as sequências didáticas acessíveis não devem ser vistos apenas como ferramentas técnicas, mas como expressões concretas de um compromisso com a justiça curricular, a equidade e o reconhecimento das singularidades dos estudantes.

Com base nesses fundamentos, este artigo está organizado da seguinte forma: uma introdução que expõe a problemática, a justificativa do estudo, os marcos legais e filosóficos que norteiam a base teórica sobre acessibilidade curricular e as práticas pedagógicas voltadas aos estudantes com deficiência intelectual; em seguida, na sequência, expõe os procedimentos metodológicos da pesquisa; e, por fim, analisa os principais achados da revisão sistemática, destacando os desafios e as possibilidades de transformação no contexto do ensino técnico integrado.

2 MATERIAIS E MÉTODO

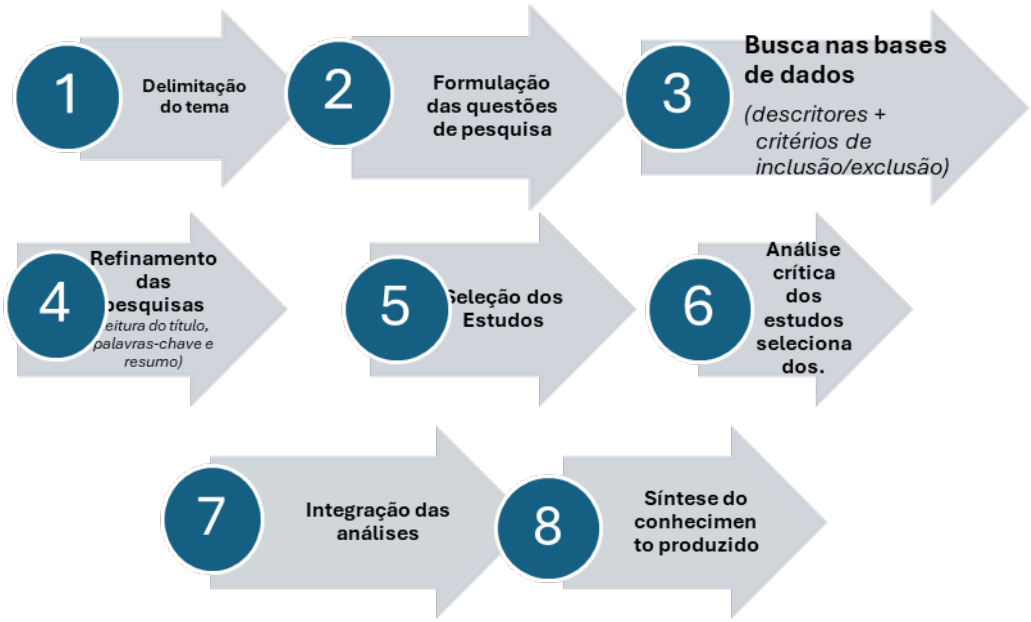
Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de finalidade exploratória, com base em uma revisão sistemática de literatura. Conforme apontam Young e Clerke (2024), pesquisas qualitativas com pessoas com deficiência fortalecem a análise de contextos educacionais específicos, promovendo maior sensibilidade à identificação de barreiras e estratégias de inclusão.

A produção científica nas diversas áreas do conhecimento vem crescendo em volume e velocidade, exigindo métodos rigorosos para mapear e compreender os avanços da ciência. É nesse contexto que surge a Revisão Sistemática da Literatura (RSL), destacando-se como um método específico de revisão bibliográfica voltado à obtenção de evidências científicas sobre determinado tema (Cavalcante; Oliveira, 2020). A Revisão Sistemática da Literatura é um processo rigoroso e estruturado, cuja meta é reunir e analisar evidências científicas de forma transparente, a partir de uma pergunta clara e bem formulada (Cavalcante; Oliveira, 2020; Cunha, 2014).

Dessa forma, delimita-se um tema central, a partir do qual são examinados estudos relevantes e selecionadas informações extraídas de diferentes investigações. A pesquisa foi conduzida com base nas diretrizes metodológicas propostas por Kitchenham (2004 *apud* Deitos; Aragón, 2021), que orientam esse tipo de estudo a partir dos seguintes elementos: questões de pesquisa; Critérios de inclusão (CI) e critérios de exclusão; Estratégias de busca. Abaixo, podemos compreender melhor as etapas do processo realizado na Figura 1.

2.1 Etapas da revisão sistemática da literatura

Figura 1 – Fases da Revisão Sistemática de Literatura



Fonte: elaborado pelos autores.

I) Questões de pesquisa (QP): (QP1): Qual a temática da pesquisa? (QP2): Qual o objetivo de implementação das políticas públicas no que se refere à acessibilidade curricular de estudantes com deficiência intelectual no ensino técnico? (QP3): Quais fatores têm contribuído para que dispositivos previstos em lei, como o Plano Educacional Individualizado com Adaptação Curricular (PEI-AC), se mostrem de forma embrionária na prática pedagógica? (QP4) E de que forma as práticas colaborativas como o coensino e o uso de sequências didáticas poderiam superar essas barreiras e transformar o ensino técnico em um espaço verdadeiramente acessível para estudantes com deficiência intelectual?

II) Critérios de inclusão (CI) e critérios de exclusão (CE): (CI1): pesquisas incluindo artigos, dissertações e teses que abordassem diretamente a inclusão de estudantes com deficiência intelectual no contexto da educação profissional e técnica publicados no período de 2020 a 2025; (CI2): pesquisas que discutissem práticas pedagógicas inclusivas, acessibilidade curricular, planejamento educacional individualizado (PEI) ou ensino colaborativo; (CI3): também se consideraram elegíveis os textos publicados em português, inglês ou espanhol, desde que estivessem disponíveis para acesso integral; (CE1): trabalhos que tratassem exclusivamente de aspectos biomédicos, clínicos ou psicopatológicos da

deficiência intelectual, sem articulação com a prática educacional: (CE2): estudos genéricos sobre inclusão que não apresentassem recorte específico para o ensino técnico ou para a deficiência intelectual; (CE2): materiais duplicados entre bases de dados também foram desconsiderados para evitar redundâncias na análise.

III) Estratégias de busca (EB): (EB1); definição das bases de dados. As pesquisadas foram: Portal de Periódicos CAPES (https://www.periodicos.capes.gov.br); SciELO (https://scielo.org); ERIC – Education Resources Information Center (https://eric.ed.gov); Google Scholar (https://scholar.google.com); PubMed (https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov) (EB2): definição das palavras-chave/Descritores: Educação Inclusiva – Estudantes com Deficiência Intelectual – Ensino Técnico – Prática Docente - Rede Federal / *"deficiência intelectual"*, "Intellectual disability", "discapacidad intelectual", *"educação inclusiva"*, "Inclusive Education", "educación inclusiva", *"ensino técnico"*, "Vocational educativo", "educación técnica". Os termos foram utilizados nos três idiomas português, inglês e espanhol com o auxílio de operadores booleanos (AND, OR, NOT) para refinar os resultados; (EB3): refinamento das pesquisas a partir da leitura dos títulos, palavras-chave e resumos.

As buscas foram realizadas entre abril e junho de 2025, seguindo as estratégias descritas no Quadro 1. Além dos descritores utilizados, observa-se também a quantidade de estudos retornados no levantamento inicial realizado nas bases de dados. O segundo levantamento ocorreu após a leitura criteriosa dos títulos e resumos dos trabalhos identificados.

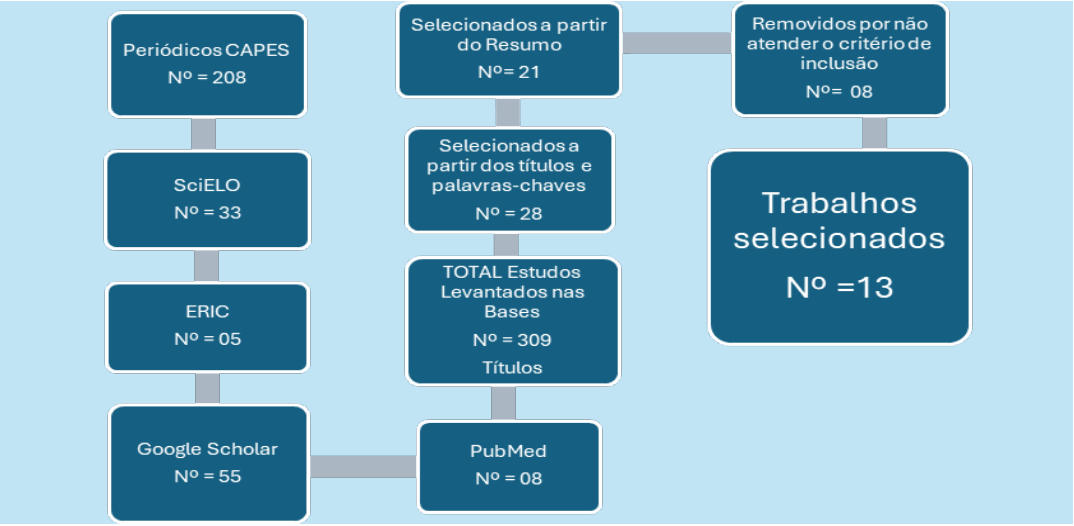
Quadro 1 – Estratégias de busca

Bases de Dados	**Termos de Busca**	**1.º Levantamento**	**2.º Levantamento**
Periódicos CAPES	"deficiência Intelectual" AND"Ensino Técnico"; deficiência intelectual **OU** assunto: ações didáticas **E** qualquer campo: inclusão escolar	208 títulos	10 títulos
SciELO	(inclusão educacional) AND (pessoas com deficiência intelectual) OR (adaptação curricular)	33 títulos	07
ERIC	"Intellectual disability" AND "Vocational educativo"	05 títulos	02
Google Scholar	(inclusão educacional) AND (pessoas com deficiência intelectual) OR (adaptação curricular)	55 títulos	08
PubMed	Intellectual disability" AND "Vocational educativo"	08 títulos	01
Total:		309	28

Fonte: elaborado pelos autores.

No primeiro levantamento, a busca resultou em 309 artigos e dissertações. No segundo, foram selecionados 28 estudos, a partir dos títulos e palavras-chave. A partir da leitura dos resumos, foram selecionados 21 artigos para leitura na íntegra. Desses artigos, 08 foram removidos por não atenderem aos critérios de inclusão. Desta forma, foram selecionados 13 trabalhos conforme critérios de inclusão e os procedimentos ilustrados na Figura 2.

Figura 2 – Refinamento da pesquisa em bases de dados



Fonte: elaborada pelos autores.

Os trabalhos selecionados foram lidos e analisados em sua totalidade. Em seguida, foi feito uma análise com base em suas contribuições para a resposta às questões norteadoras da pesquisa. A partir dessa etapa, as informações extraídas foram sistematizadas e organizadas de forma coerente, visando à construção da síntese final.

2.2 Resultados e discussão

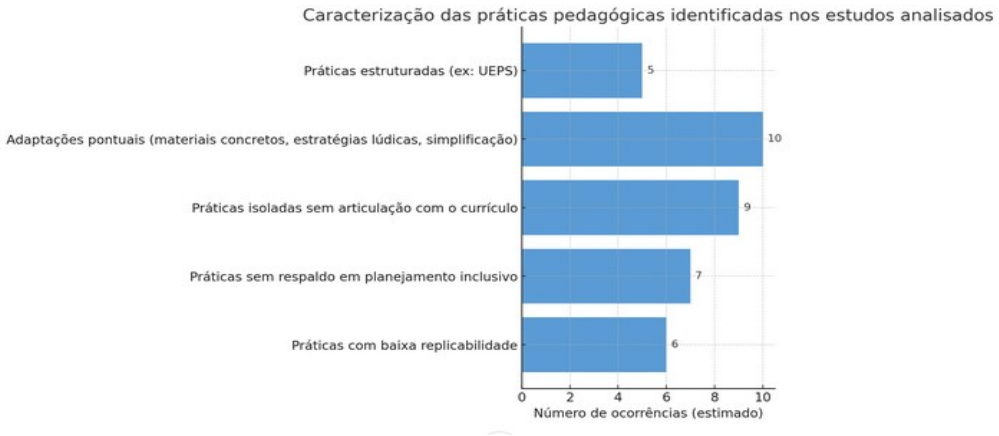
Os resultados obtidos a partir da análise de treze estudos científicos sobre a inclusão de estudantes com deficiência intelectual (DI) no ensino técnico integrado evidenciam avanços pontuais, mas também destacam lacunas significativas que justificam e fundamentam a proposta deste trabalho. A análise dos dados foi organizada em torno de quatro eixos:

estratégias pedagógicas, uso do PEI, prática docente colaborativa e articulação entre currículo técnico e acessibilidade.

2.2.1 Estratégias pedagógicas: iniciativas dispersas e pouco sistematizadas

Foram identificadas 37 práticas pedagógicas distintas nos estudos analisados, variando de metodologias estruturadas, como as Unidades de Ensino Potencialmente Significativas (UEPS). Moreira (2022), a adaptações pontuais, como uso de materiais concretos, estratégias lúdicas, Sousa (2023) ou simplificação de conteúdo. Entretanto, observou-se que grande parte dessas práticas aparecem de forma isolada, sem articulação com os objetivos formativos do currículo técnico e, sobretudo, sem respaldo em processos sistemáticos de planejamento inclusivo. Isso indica que, apesar do esforço criativo de muitos docentes, ainda prevalece um cenário de baixa replicabilidade das ações, o que dificulta sua consolidação como estratégias institucionalizadas.

Gráfico 1 – Caracterização das práticas pedagógicas identificadas



Fonte: elaborado pelos autores.

Segundo o documento de 2008 (Brasil, 2008), a educação especial deve garantir o Atendimento Educacional Especializado (AEE) sem substituir o ensino comum, mas oferecendo apoios pedagógicos e recursos de acessibilidade, como ensino em Braille, Libras, tecnologias assistivas e adaptações curriculares. Entretanto, a política pouco avança sobre como essas práticas devem ser integradas ao cotidiano pedagógico e tampouco fortalece o

papel da escola em reorganizar-se curricular e didaticamente para acolher a pluralidade dos sujeitos.

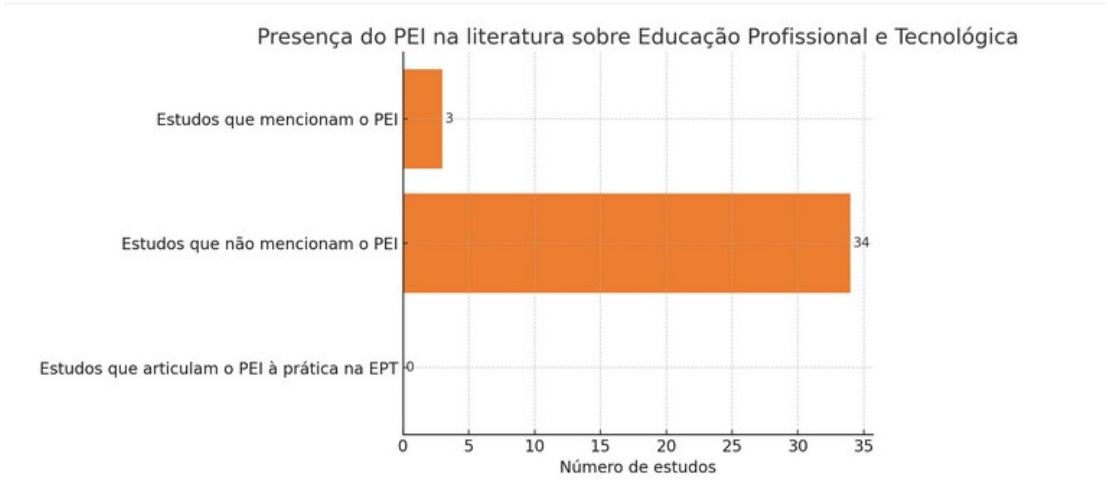
O avanço normativo ainda não se traduziu em práticas pedagógicas sistemáticas, especialmente no campo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). O ensino técnico mostra-se, em grande medida, com dificuldades na implementação de prática pedagógicas que garantam acessibilidade curricular.

2.2.2 O PEI ainda invisibilizado no ensino técnico

A análise revelou uma baixa incidência do Plano Educacional Individualizado (PEI) nos estudos. Apenas três trabalhos mencionam o PEI de forma explícita, e nenhum deles o articula diretamente à prática docente na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Essa lacuna é alarmante, uma vez que o PEI, quando estruturado com base em estratégias pedagógicas acessíveis, pode se tornar um instrumento essencial de planejamento, avaliação e acompanhamento da aprendizagem de estudantes com DI.

De acordo com Sousa (2024), para que os professores atuem com equidade em contextos educacionais diversos, é imprescindível que tenham acesso a metodologias replicáveis, aos recursos acessíveis e aos espaços formativos contínuos que estimulem a reflexão sobre a prática e o aprimoramento das estratégias didáticas, sendo o PEI-AC um instrumento didático que mediará toda ação educativa.

Gráfico 2 – Presença do PEI como instrumento pedagógico de práticas inclusivas



Fonte: elaborado pelos autores.

Algumas estratégias têm sido defendidas pela literatura como meios efetivos para superar tais barreiras, dentre as quais se destaca a proposta de acessibilidade curricular como processo estruturante do ensino. Moreira (2022), ao propor as Unidades de Ensino Potencialmente Significativas (UEPS), resgata os fundamentos da aprendizagem significativa de Ausubel (1980) e do ensino em espiral de Bruner (1973), propondo uma prática que articula os saberes prévios dos estudantes com os novos conteúdos, apresentados de forma gradual, concreta, contextualizada e interativa.

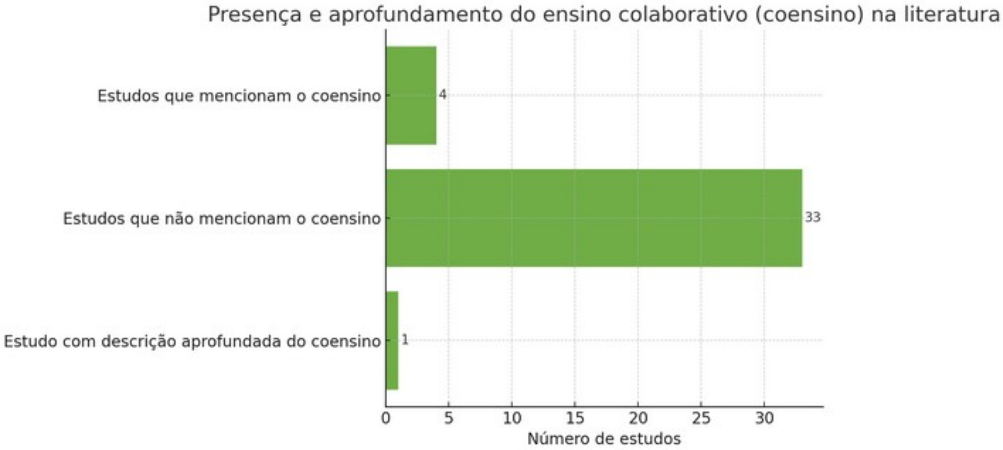
Para tanto, é imprescindível repensar as práticas pedagógicas do ensino técnico à luz da acessibilidade curricular. A inserção de estudantes com deficiência intelectual nesse nível de ensino exige metodologias acessíveis, avaliações flexíveis, práticas colaborativas e planejamentos pedagógicos individualizados como o Plano Educacional Individualizado com Adaptação Curricular (PEI-AC). Como destaca Prestes (2024), o sucesso da inclusão nesse campo depende da construção de estratégias educacionais que, de fato, respondam ao modo como esses estudantes processam e constroem conhecimento, com ênfase no uso de recursos concretos, atividades práticas e linguagem acessível.

2.2.3 Ensino colaborativo: conceito presente, prática ausente

A colaboração entre professores da sala comum e do Atendimento Educacional Especializado (AEE) apareceu em apenas quatro estudos, sendo descrita com maior profundidade em apenas um deles. Isso evidencia que o coensino, embora reconhecido como ideal, ainda é pouco praticado ou sistematizado. A ausência de experiências concretas de planejamento conjunto, divisão de atuação colaborativa no cotidiano escolar revela a fragilidade do modelo de inclusão implementado em muitas instituições.

O coensino, como prática de corresponsabilidade docente, pode ser compreendido como uma instância da práxis freireana reflexão e ação transformadora e da pedagogia relacional proposta por Biesta (2022), que destaca a educação como espaço de formação de sujeitos em diálogo com a alteridade.

Gráfico 3 – O coensino como metodologia de trabalho da prática inclusiva



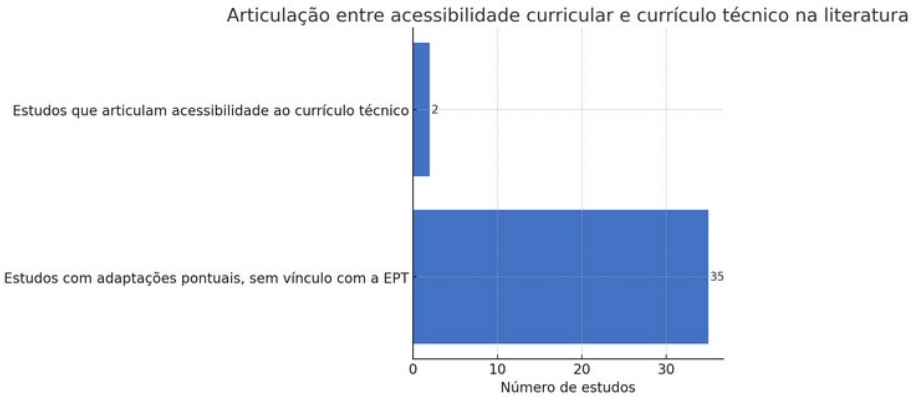
Fonte: elaborado pelos autores.

Outro elemento essencial à promoção da inclusão no ensino técnico além do PEI-AC é o ensino colaborativo. Conforme discutido por Zaboroski *et al.* (2017), o coensino vai além da presença simultânea de dois docentes na mesma sala de aula. Ele pressupõe planejamento conjunto, corresponsabilidade, troca de saberes entre o professor da sala comum e o professor do AEE, e, sobretudo, um compromisso ético com a participação de todos os estudantes. Quando fundamentado em relações horizontais, o coensino fortalece a construção do PEI-AC, legitima as práticas inclusivas e promove um ambiente escolar mais responsivo à diversidade.

2.2.4 Acessibilidade curricular e currículo técnico: uma conexão ainda frágil

Outro dado revelador foi a escassez de estudos que promovem uma conexão efetiva entre acessibilidade curricular e currículo técnico. Apenas dois trabalhos analisados situam sua proposta de ensino no interior da lógica formativa da EPT. A maioria das experiências relatadas permanece no plano da adaptação pontual, desvinculada das competências e objetivos previstos nos cursos técnicos integrados. Essa desconexão contribui para a exclusão simbólica dos estudantes com DI, que, mesmo inseridos fisicamente nas salas de aula, continuam afastados dos processos reais de aprendizagem e de qualificação profissional.

Gráfico 4 – A interrelação entre acessibilidade curricular e currículo técnico



Fonte: elaborado pelos autores.

Entre as barreiras pedagógicas mais frequentes, além da descrença do professor nas potencialidades dos alunos, estão: a rigidez curricular, que ignora os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem; a ausência de metodologias mediadas, que inviabiliza o acesso ao conteúdo; a falta de formação específica dos docentes para lidar com a neurodivergência; e a isolação do trabalho do AEE, tratado muitas vezes como tarefa exclusiva de um professor e não como ação integrada à escola.

Do ponto de vista da organização pedagógica, segundo Moreira (2022), a acessibilidade se concretiza por meio de práticas que incluem:

a) a ativação dos conhecimentos prévios (Ausubel, 1980) como ponto de partida para qualquer proposta de ensino;
b) o uso de suportes visuais, materiais concretos e tecnologias assistivas, que operam como âncoras cognitivas;
c) a repetição sequenciada, com variações que ampliam a compreensão e favorecem a abstração;
d) a aplicação do princípio do ensino em espiral (Brunel, 1973), no qual os conceitos são retomados sucessivamente, cada vez com maior profundidade e complexidade e
e) a contextualização permanente dos conteúdos, relacionando-os à vida cotidiana dos estudantes, às suas experiências e às suas necessidades sociais e culturais.

Dessa forma, o conceito de acessibilidade curricular transcende a ideia de adaptação pontual, assumindo o status de princípio estruturante da prática pedagógica inclusiva, que exige:

a) flexibilização dos conteúdos sem esvaziá-los;

b) metodologias ativas e centradas no estudante;

c) avaliações formativas, processuais e diversificadas e

d) mediações que promovam não apenas o acesso, mas a efetiva participação e aprendizagem de todos.

Conforme argumenta (Sousa, 2012 *apud* Rodrigues, 2024), todo processo educativo deve estar voltado para a interpretação, compreensão, explicação e expressão das realidades pessoal, social e natural, configurando-se como espaço de humanização. No mesmo sentido, (Freire, 2020 *apud* Rodrigues, 2024) reforça que o aprender é uma ação criadora, comprometida com a transformação da realidade e com a emancipação dos sujeitos. Ambos os autores convergem na defesa de uma práxis pedagógica dialógica, crítica e libertadora, que é, por essência, o fundamento da didática inclusiva aplicada ao atendimento dos alunos com deficiência intelectual.

Por fim, a acessibilidade curricular, quando sustentada por uma intencionalidade didática clara, pela disposição para colaborar e pela abertura ao novo, deixa de ser um desafio e passa a ser uma via concreta de realização do direito à aprendizagem, especialmente para os estudantes com deficiência intelectual. O caminho é possível desde que se deseje, se planeje e se creia.

3 CONCLUSÃO

A pesquisa analisa os desafios para a efetivação da acessibilidade curricular no ensino técnico integrado de estudantes com deficiência intelectual. Parte da seguinte indagação: por que a acessibilidade curricular ainda não se concretiza, mesmo com garantias legais?

A análise teórica e documental revela que o arcabouço normativo é robusto, mas encontra limites na prática pedagógica. Identifica-se que a crença de que estudantes com deficiência intelectual não aprendem é uma das principais barreiras.

Essa crença impede adaptações didáticas, uso de recursos pedagógicos acessíveis e reestruturações curriculares. A superação dessa limitação depende de mudanças na postura e na formação docente.

Observa-se que o PEI com adaptação curricular permanece ausente nas rotinas pedagógicas. Há fragilidade na articulação entre o AEE e os docentes do ensino técnico.

A pesquisa mostra que práticas colaborativas, como o coensino e as sequências didáticas adaptadas, produzem avanços. Os Institutos Federais possuem potencial para liderar

mudanças estruturais, desde que integrem inclusão às dimensões de ensino, pesquisa e extensão.

Superar as barreiras à acessibilidade curricular no ensino técnico é mais do que uma exigência normativa: é um imperativo ético. Requer repensar a formação humana nos Institutos Federais como práxis orientada pela justiça, pela escuta do outro e pela construção de sentidos partilhados. A didática inclusiva, assim compreendida, não é um apêndice metodológico, mas o próprio coração da educação emancipadora.

Conclui-se que o ensino técnico nos Institutos Federais, para cumprir sua função social e omnilateral, precisa adotar uma didática acessível que integre PEI-AC, coensino e práticas colaborativas, superando a distância entre a política e a prática escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 21 de outubro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores para a educação básica. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 22 out. 2021.

BIESTA, Gert. **World-centered education**. London: Routledge, 2022.

BARNETT, Ronald. **The ecological university**. Abingdon: Routledge, 2021.

CAVALCANTE, Lívia Teixeira Canuto; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-100, 2020. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologia emrevista/article/view/21887. Acesso em: 29 maio 2025.

COLE, David R. **Educational philosophy and new materialism**. Berlim: Springer, 2021.

CUNHA, P. L. P. **Manual de revisão bibliográfica sistemática integrativa**: Grupo Ănima Educação. 2014. Disponível em: https://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/manual_revisao_bibliografica-sistematica-integrativa.pdf. Acesso em: 29 jan. 2025.

DEITOS, Fernanda Nunes; ARAGÓN, Rosane. O processo de alfabetização com o uso das tecnologias digitais: uma revisão sistemática. *In*: WORKSHOP DE INFORMÁTICA NA ESCOLA (WIE), 27., 2021, Online**. Anais** [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2021. p. 275-286. Disponível em: https://doi.org/10.5753/wie.2021.218501. Acesso em: 6 jul. 2025.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação**. São Paulo: Paulus, 2023.

MOREIRA, Alessandra de Melo Genário. **Unidade de ensino potencialmente significativa para estudantes com deficiência intelectual leve**: uma proposta para o ensino de ciências naturais no ensino fundamental anos finais. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2022.

PRESTE, J. C. Acessibilidade e inclusão na Educação Profissional e Tecnológica: o papel do PEI-AC na promoção da aprendizagem de estudantes com deficiência intelectual. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, v. 4, n. 1, p. 45-61, 2024.

PRESTES, Danívia Santos. Relato de experiência: interagir para incluir no ensino técnico regular. **REPI – Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, Boa Vista, v. 1, 2020. Disponível em: https://revista.ufrr.br/repi11. Acesso em: 22 jun. 2025.

RAMOS, Hilario; MAZALO, João Viriato. Metodologias de investigação científica: passos para elaboração de artigos científicos. **Revista Nova Paideia – Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, Brasília, DF, v. 6, n. 2, p. 137-155, maio/ago. 2024.

RODRIGUES, Evanize Custódio; FREITAS, Fabiana Martins de; DIAS, Marcia Adelino da Silva. Articulando saberes sobre genética no ensino médio: experiência didática em educação biológica, no âmbito da educação para a solidariedade. **Paradigma**, Caracas, v. 45, n. 2, e2024020, jul./dez. 2024. Disponível em: https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2024.e2024020.id1372. Acesso em: 10 maio 2025.

SANTOS, Boaventura de S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2023.

SOUSA, Eliane Teresinha. **Práticas educativas na EPT**: processos de ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiência intelectual. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Jaguari, 2023.

SOUZA, Sandra José de; RICHARTZ, Terezinha. O método ABACADA e a alfabetização do aluno com deficiência intelectual. **Revista DisSol – Discurso, Sociedade e Linguagem**, Pouso Alegre, v. 9, n. 21, p. 51-71, jul./dez. 2024. Disponível em: https://doi.org/10.35501/dissol.v21i21.1219. Acesso em: 10 maio 2025.

UGALDE, N.; ROWEDER, S. Sequência didática: proposta de ação e reflexão pedagógica. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 10, 2020. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br. Acesso em: 22 jun. 2025.

YOUNG, Hannah; CLERKE, Tom. **Inclusion of students with disability in qualitative education research**: a scoping review. 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/380384071. Acesso em: 6 jul. 2025.

ZABOROSKI, Ana Paula; MATA, Simara Pereira da; SORIANO, Karen Regiane; MARTINS, Patrícia Tupin. O ensino colaborativo e a formação permanente dos professores para o desenvolvimento da educação inclusiva. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, Marília, v. 4, n. 1, p. 119-130, 2017. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/7334. Acesso em: 29 jun. 2025.

Recebido em: 13 ago. 2025.
Aceito em: 2 set. 2025.